

Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016



Banco Société Générale Brasil S.A.





Banco Société Générale Brasil S.A.
Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Índice

Banco Société Générale Brasil S.A. Instituição líder do Conglomerado Prudencial	>	3
Ativo	>	4
Passivo	>	5
Demonstrações do Resultado	>	6
Demonstrações das Mutações	>	7
Fluxo de Caixa	>	8
Notas Explicativas	>	9



Banco Société Générale Brasil S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO			
	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE		13.839.349	26.977.754
Disponibilidades	5	1.414	802
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.211.388	6.232.266
Aplicações no mercado aberto		4.211.388	6.232.266
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	884.637	1.519.966
Carteira própria		417.713	329.990
Vinculados à prestação de garantias		254.196	267.406
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	212.728	922.570
Relações interfinanceiras		432	1.067
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	82
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		87	78
Créditos vinculados - Correspondentes		345	907
Operações de crédito		133.770	288.340
Operações de crédito - setor privado	9.a	139.644	316.745
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	(5.874)	(28.405)
Operações de arrendamento mercantil	10	(31.022)	(23.263)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		311.089	333.268
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		(308.435)	53.689
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		51.955	(330.387)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(51.955)	(53.689)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(33.676)	(26.144)
Outros créditos		8.635.516	18.955.300
Carteira de câmbio	12	8.579.015	18.879.678
Rendas a receber		444	424
Negociação e intermediação de valores	8	2.284	4
Diversos	13.a	69.184	83.212
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(15.411)	(8.018)
Outros valores e bens		3.214	3.276
Outros valores e bens		2.606	2.096
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(93)	-
Despesas antecipadas	14	701	1.180
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.326.742	2.788.171
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	798.663	679.611
Carteira própria		36.466	169.952
Vinculados à prestação de garantias		353.382	73.376
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	408.815	436.283
Operações de crédito		210.809	196.122
Operações de crédito - setor privado	9.a	210.809	200.070
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	11	-	(3.948)
Operações de arrendamento mercantil	10	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		502.639	538.423
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor público		(502.639)	106.373
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado		78.131	(538.423)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público		(78.131)	(106.373)
Outros créditos		2.316.596	1.911.334
Carteira de câmbio	12	1.904.253	1.577.794
Diversos	13.a	412.343	333.540
Outros valores e bens		674	1.104
Outros valores e bens		-	37
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		-	(37)
Despesas antecipadas	14	674	1.104
PERMANENTE		950.707	1.063.643
Investimentos		42.423	52.797
Participações em controladas	16	42.379	52.739
Outros investimentos		44	58
Imobilizado de uso		4.551	7.565
Imóveis de uso		-	10
Outras imobilizações de uso		17.719	37.540
Depreciações acumuladas		(13.168)	(29.985)
Imobilizado de arrendamento	10	903.593	1.002.630
Bens arrendados		1.298.913	1.435.205
Superveniências de depreciações		158.882	110.933
Perdas de arrendamento a amortizar		96.965	51.506
Depreciações acumuladas		(613.817)	(573.538)
Amortização de perdas de arrendamento		(37.350)	(21.476)
Diferido		-	435
Gastos de organização e expansão		-	1.803
Amortização acumulada		-	(1.368)
Intangível		140	216
Outros ativos intangíveis		509	509
Amortização acumulada de outros intangíveis		(369)	(293)
TOTAL DO ATIVO		18.116.798	30.829.568

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO			
	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE		13.458.146	26.532.495
Depósitos.....	17	499.121	44.939
Depósitos à vista		6.584	2.159
Depósitos interfinanceiros		254.177	-
Depósitos a prazo		238.360	42.780
Captações no mercado aberto		1.289.246	600.055
Carteira de Terceiros.....		1.033.998	600.055
Carteira de Livre Movimentação		255.248	-
Relações interfinanceiras		124	44
Recebimentos e pagamentos a liquidar		96	1
Correspondentes		28	43
Relações interdependências		55.286	11.153
Recursos em trânsito de terceiros		55.286	11.153
Obrigações por empréstimos e repasses	19	3.557.724	6.955.100
Empréstimos no País		8.578	3.304
Empréstimos no exterior		3.546.907	6.949.001
Repasses do exterior		1.351	2.706
Repasses do País		888	89
Instrumentos financeiros derivativos.....		289.300	622.501
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1	289.300	622.501
Outras obrigações.....		7.767.345	18.298.703
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		121	216
Carteira de câmbio	12	7.562.409	17.999.924
Fiscais e previdenciárias.....	13.b	109.911	126.211
Negociação e intermediação de valores	8	166	92.925
Diversas	13.c	94.738	79.427
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.356.301	2.941.416
Depósitos.....	17	227.714	170.341
Depósitos interfinanceiros		1.009	-
Depósitos a prazo		226.705	170.341
Obrigações por empréstimos e repasses	19	541.310	467.586
Empréstimos no País		22.249	-
Empréstimos no exterior		510.346	451.572
Repasses do exterior		222	1.625
Repasses do País - FINAME.....		8.493	14.389
Instrumentos financeiros derivativos.....		237.236	211.734
Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e.1	237.236	211.734
Outras obrigações.....		2.350.041	2.091.755
Carteira de câmbio	12	1.911.595	1.614.568
Fiscais e previdenciárias.....	13.b	68.365	60.350
Diversas	13.c	370.081	416.837
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	21.579	21.531
Resultado de exercícios futuros		21.579	21.531
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.280.772	1.334.126
Capital social		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.125	1.949
Ajustes de avaliação patrimonial		4.490	(85)
Prejuízos acumulados.....		(1.682.772)	(1.624.667)
TOTAL DO PASSIVO		18.116.798	30.829.568

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		599.498	874.978
Operações de crédito		20.326	51.997
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		2.277	-
Operações de arrendamento mercantil		245.874	225.602
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		331.021	597.379
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(464.957)	(811.689)
Operações de captações no mercado		(108.891)	(71.561)
Operações de arrendamento mercantil		(184.127)	(178.175)
Operações de empréstimos e repasses		(178.590)	1.791.965
Resultado de operações com câmbio		137.942	(269.421)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(119.850)	(2.071.536)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(1.141)	(11.067)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(3.864)	627
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11	(6.436)	(2.521)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		134.541	63.289
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(174.314)	(55.739)
Receitas de prestação de serviços		8.853	6.837
Rendas de tarifas bancárias		16	74
Resultado de participações em controladas e coligada	16	(6.802)	(10.405)
Despesas de pessoal		(57.488)	(57.146)
Outras despesas administrativas	24	(48.056)	(57.420)
Despesas tributárias		(10.288)	(12.819)
Outras receitas operacionais	25	56.033	111.311
Outras despesas operacionais	26	(116.582)	(36.171)
RESULTADO OPERACIONAL		(39.773)	7.550
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.804	(426)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(37.969)	7.124
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(35.202)	(44.903)
Provisão para imposto de renda corrente		(11.952)	(21.441)
Provisão para contribuição social corrente		(9.441)	(17.177)
Imposto diferido		(13.809)	(6.285)
PREJUÍZO DOS SEMESTRES		(73.171)	(37.779)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
Ajustes de lucros e prejuízos de exercícios anteriores na controlada Banco Pecúnia S.A.	-	-	-	-	80	80
Plano de pagamento baseado em ações						
-Controlador.....	-	(281)	-	-	-	(281)
-Controladas.....	-	(56)	-	-	-	(56)
Reservas de reavaliação.....	-	-	(180)	-	39	(141)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	3.019	-	3.019
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(37.779)	(37.779)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	<u>2.956.929</u>	<u>1.949</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>	<u>(1.624.667)</u>	<u>1.334.126</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>2.956.929</u>	<u>2.018</u>	<u>-</u>	<u>2.924</u>	<u>(1.609.572)</u>	<u>1.352.299</u>
Ajuste de Lucros e Prejuízos de exercícios anteriores em controladas-Banco Pecúnia S.A.		-	-	-	(17)	(17)
Plano de pagamento baseado em ações						
-Controlador.....	-	107	-	-	-	107
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1.566	(12)	1.554
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(73.171)	(73.171)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	<u>2.956.929</u>	<u>2.125</u>	<u>-</u>	<u>4.490</u>	<u>(1.682.772)</u>	<u>1.280.772</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	2017	2016
Prejuízo do semestre		(73.171)	(37.779)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		38.490	1.651.731
Depreciações e amortizações		180.632	177.866
Superveniência de depreciação		(20.736)	(3.027)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.141	11.054
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		6.436	2.521
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos		3.864	(614)
Constituição de provisão para riscos	15 (ii)	(75.271)	18.471
Impostos diferidos		13.809	6.285
Reversão de provisão para perdas em investimentos		(36)	-
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos		(80.120)	1.425.686
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		1.537	2.958
Provisão (reversão) para pagamento de plano de ações		107	(337)
Baixa por obsolescência		265	375
Perda na venda de imobilizado		60	88
Resultado de participação em controladas		6.802	10.405
Lucro líquido ajustado		(34.681)	1.613.952
 Variação de ativos e obrigações		 505.119	 77.476
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		56.948	51.710
Aumento (redução) em títulos e valores mobiliários		(255.209)	467.816
Aumento (redução) em operações de arrendamento mercantil		(255)	2.753
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		38.607	14.025
Aumento (redução) em operações de crédito		(544.094)	23.246
Redução em outros créditos		(3.883.286)	(9.183.645)
Aumento em despesa antecipada		587	978
Aumento (redução) em outros valores e bens		(232)	3.154
Aumento (redução) em depósitos		8.370	(54.980)
Aumento no mercado aberto		448.111	600.055
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		1.044.580	(1.249.222)
Aumento em outras obrigações		3.339.735	10.162.667
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos		252.609	(770.119)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		(1.352)	9.038
Caixa líquido investido nas atividades operacionais		470.438	1.691.428
 ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em controladas	16	-	(7.000)
Alienação de investimentos		53.000	-
Aquisição de imobilizado de uso		(4.328)	(93)
Alienação de imobilizado de uso		141	43
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil		(146.570)	(273.370)
Alienação de imobilizado de arrendamento		53.953	57.978
Aquisição de intangível		-	(75)
Outros		-	80
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		(43.804)	(222.437)
 AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE		 426.634	 1.468.991
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		 3.328.204	 4.764.077
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	 3.754.838	 6.233.068

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco" ou "Instituição"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. As captações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações da empresa controlada Banco Cacique S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador. Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração das controladas Banco Cacique S.A. e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., empresa cindida do Banco Pecúnia, na mesma data. A incorporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

	Acervo em 31/12/2015	Acervo em 01/08/2016	Variação Patrimonial
Ativos	6.462	6.058	(404)
BNDU	-	33	33
Investimento em controlada (Credial)	6.146	6.025	(121)
Imóveis em uso	316	-	(316)
Passivos	(6.462)	(6.269)	193
Capital Social	(6.061)	(6.061)	-
Reservas de capital - Plano de ações	(221)	(208)	13
Reservas de reavaliação	(180)	-	180
Total	-	(211)	(211)

Em 18/10/2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas., controlada do Banco Cacique S.A. Em 27 de junho de 2017, o Banco Cacique anunciou sua decisão de conceder a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores de sua carteira de operações de crédito, vide nota explicativa nº. 13. Como parte do encerramento das atividades, o Banco Pecúnia S.A. foi alienado em 31 de maio de 2017 após aprovação do Banco Central do Brasil, vide nota explicativa nº 16.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em 2017 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários e Banco Cacique S.A., cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais (Banco Cacique S.A., e SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil) é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular nº 3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações. Não fazem parte do conglomerado prudencial, as participações societárias indiretas, as quais tiveram seu valor de investimento eliminado contra a correspondente participação no patrimônio líquido da investidora, em atendimento ao Art. 8º I da Circular nº. 3.701:

Controlada	Participação
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	99,9992%
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	0,1000%

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 25 de agosto de 2017.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como: I - “hedge” de risco de mercado; e II - “hedge” de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Arrendamento mercantil - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. As perdas de arrendamento a amortizar correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente as perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de “Bens arrendados”.

g) Valores residuais garantidos - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

h) Superveniência ou insuficiência de depreciação - Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

i) Carteira de câmbio - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

k) Investimentos - • As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

l) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

m) Depreciações - • Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e • Imobilizado de arrendamento - é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

n) Diferido - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel.

o) Intangível - No Banco, estão representados pelos ágios pagos nas aquisições das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., o qual em dezembro de 2012 foi reconhecida perda integral do valor recuperável. No Consolidado, inclui também gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

p) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

q) Atualização monetária de direitos e obrigações - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia. **s) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

t) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **u) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **v) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **w) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

■ 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. I. Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

II. Risco de mercado - A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas.

III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 26); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital; As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG). O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

■ 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades.....	1.414	802
Aplicações no mercado aberto.....	3.753.424	6.232.266
Total	3.754.838	6.233.068

■ 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	A vencer até 3 meses	Total
Em 30 de junho de 2017		
Aplicações no mercado aberto.....	4.211.388	4.211.388
Total	4.211.388	4.211.388
Em 30 de junho de 2016		
Aplicações no mercado aberto.....	6.232.266	6.232.266
Total	6.232.266	6.232.266

■ 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2017		2016	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	453.105	454.179	497.826	499.942
Títulos para negociação:	405.430	405.984	329.724	329.990
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.473	22.498	93.170	93.185
Letras do Tesouro Nacional - LTN	112.673	112.765	177.619	177.599
Notas do Tesouro Nacional - NTN	154.352	154.789	58.935	59.206
Debêntures	115.932	115.932	-	-
Títulos disponíveis para venda:	47.675	48.195	168.102	169.952
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.121	29.124	11.383	11.365
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.554	19.071	156.719	158.587
Vinculados à prestação de garantias:	590.450	607.578	343.185	340.782
Títulos para negociação:	253.368	254.196	124.713	124.922
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.773	9.773	24.957	24.941
Letras do Tesouro Nacional - LTN	153.360	153.530	97.981	98.177
Notas do Tesouro Nacional - NTN	90.235	90.893	1.775	1.804
Títulos disponíveis para venda:	337.082	353.382	218.472	215.860
Letras do Tesouro Nacional - LTN	312.721	329.018	201.471	198.883
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.361	24.364	17.001	16.977
Total	1.043.555	1.061.757	841.011	840.724

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2017			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	53.482	53.488	6	(3)	3
Letras do Tesouro Nacional - LTN	331.275	348.089	16.814	(7.566)	9.248
Total	384.757	401.577	16.820	(7.569)	9.251

Títulos disponíveis para venda		2016			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.384	28.342	(42)	18	(24)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	358.190	357.470	(720)	324	(396)
Total	386.574	385.812	(762)	342	(420)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente.

c) Composição por prazo de vencimento:

	2017			2016		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	11.729	11.729	-	-	-
A vencer até 3 meses	660.180	-	660.180	454.912	-	454.912
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	-	142.484	142.484
A vencer entre 1 e 3 anos	-	306.439	306.439	-	170.162	170.162
A vencer entre 3 e 5 anos	-	83.409	83.409	-	73.166	73.166
Total	660.180	401.577	1.061.757	454.912	385.812	840.724

d) Composição por emissor:

	2017	2016
Títulos para negociação	660.180	454.912
Públicos	544.248	454.912
Governo Federal	544.248	454.912
Privado	115.932	-
Debêntures	115.932	-
Títulos disponíveis para venda	401.577	385.812
Públicos	401.577	385.812
Governo Federal	401.577	385.812
Total	1.061.757	840.724

e) **Instrumentos financeiros derivativos** - As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e.1) "Swap" e NDF.

Em 30 de junho de 2017

"Swap" e NDF

Indexador	Valor de referência		Curva	Mercado
	Operações registradas na CETIP	Total		
CDI x DÓLAR	156.300	156.300	(6.497)	(6.444)
CDI x EURO	60.000	60.000	(3.507)	(3.744)
CDI x IPCA	24.100	24.100	176	(326)
CDI (NDF)	180.346	180.346	10.708	11.488
CDI x PRÉ	179.511	179.511	26	393
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	157.666	157.666	201	(387)
DÓLAR (NDF)	2.108.657	2.108.657	4.271	488
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	308.022	308.022	94.958	102.705
DÓLAR X LIBOR U\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	194.514	703	(1.429)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	7.288	7.288	5.503	5.540
EURO (NDF)	1.376.815	1.376.815	(26.342)	(27.622)
IPCA x CDI	24.200	24.200	(217)	248
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	194.514	194.514	(695)	1.512
LIBRA ESTERLINA (NDF)	23.282	23.282	1.031	1.053
PRÉ x CDI	2.324.554	2.324.554	14.099	(16.211)
PRÉ x CDI (Fluxo de caixa)	(179.511)	(179.511)	26	(393)
PRÉ x DÓLAR	282.612	282.612	25.249	39.576
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	327.031	327.031	35.826	21.208
PRÉ X EURO	571.153	571.153	(33.156)	(32.416)
RENMINBI HONG KONG VENDA (NDF)	6.812	6.812	(339)	(399)
YEN (NDF)	11.513	11.513	200	179
	<u>8.339.379</u>	<u>8.339.379</u>	<u>122.224</u>	<u>95.019</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de junho de 2016

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		Curva	Mercado
	Operações registradas na CETIP	Total		
CAP x PRE	502.084	502.084	(9.951)	(10.017)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	28.431	28.431	4.166	4.619
CDI x PRE (Fluxo de caixa)	55.000	55.000	62	177
CDI x EURO	384.581	384.581	58.934	80.066
CDI x IPCA	26.600	26.600	(753)	(659)
CDI x DOLAR	594.005	594.005	29.714	34.902
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa)	1.052.849	1.052.849	(48.689)	(13.109)
Cesta de Ações x PRE	261.012	261.012	10.834	10.017
Cesta de Moedas x PRE	71.015	71.015	1.391	-
CHF (NDF)	211.097	211.097	(79.871)	(74.329)
COROA NORUEGUESA (NDF)	815	815	171	179
DIS US x PRE	8.178	8.178	109	44
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	180.580	180.580	2	28
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa)	15.237	15.237	39.527	11.165
DOLAR (NDF)	5.841.943	5.841.943	(49.351)	(8.080)
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	100.000	87.240	90.352
DOLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa)	192.988	192.988	72.419	68.595
EURIBOR x EUR ECB	523.106	523.106	(133)	(7.570)
EURIBOR x PRE	60.000	60.000	6.882	5.182
EURO (NDF)	3.068.885	3.068.885	286.969	318.752
GBP Reuters 11NY (NDF)	696	696	113	131
IPCA x CDI	24.200	24.200	636	498
JPY Reuters 11 NY (NDF)	973	973	77	98
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa)	180.580	180.580	(1)	2
LIBRA ESTERLINA (NDF)	34.067	34.067	4.173	4.785
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES	25.820	25.820	(895)	-
PRÉ x 0%PRÉ 0%	46.820	46.820	(5)	(3.583)
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	119.072	(27.238)	(19.452)
PRE x Cesta de Moedas	71.015	71.015	(1.309)	-
PRE x DIS US	8.178	8.178	(107)	(44)
PRE x DOLAR	302.891	302.891	(39.028)	(19.189)
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa)	177.271	177.271	22.352	39.134
PRE x EURO	67.245	67.245	11.348	11.868
PRE x ITUB4 BZ EQUITY	5.095	5.095	(12)	(58)
PRE x S&P	33.072	33.072	(289)	(4.881)
	14.275.401	14.275.401	379.487	519.623

Opções listadas	2017		2016	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Posição comprada-Opções de compra	-	-	-	-
Posição comprada-Opções de venda	124.400	-	184.400	4.995
Posição vendida-Opções de compra	-	-	-	-
Posição vendida-Opções de venda	-	-	-	-
Total	124.400	-	184.400	4.995

Operações a termo	2017	2016
	Valor dos contratos	Valor dos contratos
Compras a termo a receber	923	-
Obrigações por compra de termo a pagar	(936)	-
Total	(13)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções

	2017	2016
Curto prazo.....	212.728	922.570
Longo prazo.....	408.815	436.283
Saldo registrado no ativo:.....	621.543	1.358.853
Curto prazo.....	(289.301)	(622.501)
Longo prazo.....	(237.236)	(211.734)
Saldo registrado no passivo:.....	(526.537)	(834.235)
Diferencial líquido a receber/(pagar).....	95.006	524.618

e.2) Mercado futuro

	2017		2016	
Mercadoria	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI.....	9.339.597	(1.105)	11.224.367	(83.929)
DI.....	3.883.479	(212)	5.845.418	1.272
Dólar.....	3.977.795	3.598	1.859.046	(6.551)
Total.....	17.200.871	2.281	18.928.831	(89.208)

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". Vide nota explicativa nº 8. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 260.408 (R\$ 42.479 em 2016). Os contratos de "swap", NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2017	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
"Swap".....	764.803	1.201.526	1.371.231	661.320	633.073	-	4.631.953
NDFs.....	2.311.482	538.263	524.599	56.819	276.263	-	3.707.426
Futuros.....	12.343.226	243.055	938.878	2.870.738	572.282	232.692	17.200.871
Operações a Termo.....	936	-	-	-	-	-	936
Opções.....	124.400	-	-	-	-	-	124.400
Total.....	15.544.847	1.982.844	2.834.708	3.588.877	1.481.618	232.692	25.665.586

Em 30 de junho de 2016	Valores referenciais						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total de contratos
"Swap".....	1.146.126	2.016.386	1.341.835	29.250	583.328	-	5.116.925
NDFs.....	5.292.321	3.105.201	233.068	266.788	261.098	-	9.158.476
Futuros.....	11.510.442	4.679.097	1.825.131	693.479	220.682	-	18.928.831
Opções.....	124.400	-	60.000	-	-	-	184.400
Total.....	18.073.289	9.800.684	3.460.034	989.517	1.065.108	-	33.388.632

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, os seguintes resultados:

	2017	2016
NDF.....	35.961	134.761
Swap.....	(58.893)	627.053
Mercado futuro.....	(96.058)	(2.836.680)
Opções.....	(860)	3.330
Total.....	(119.850)	(2.071.536)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" - A estratégia de "hedge accounting" de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de "hedge", composta pelo empréstimo - objeto de hedge e os derivativos - instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082. As estruturas de "hedge" são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador são representados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

"Hedge" de fluxo de caixa

"Hedge" fluxo de caixa	2017		2016	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(281.259)	-	(420.025)	-
DDI	278.055	(305.924)	416.386	(394.784)
DI	-	281.784	-	381.431
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(8.657)		607
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		3.896		(273)

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	2017	2016
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	2.281	-
Outros	3	4
Total	2.284	4

b) Passivo - Outras obrigações

	2017	2016
Operação:		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	-	89.208
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	166	99
Movimentos de caixa a processar	-	3.618
Total	166	92.925

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2017	2016
Empréstimos e títulos descontados	123.880	148.264
Financiamentos	226.573	368.551
Total das operações de crédito	350.453	516.815
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	961.764	1.084.863
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	6.505	10.656
Outros créditos – títulos e créditos a receber (*)	42.302	9.011
Total de outros créditos	1.010.571	1.104.530
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	853.090	931.341
Total do risco da carteira	2.214.114	2.552.686

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, o Banco Cacique concedeu a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores residuais de sua carteira de operações de crédito, apurando-se uma despesa de R\$ 12.297 registradas na rubrica "outras despesas operacionais".

b) Diversificação por atividade:

	2017	2016
Setor privado:		
Indústria	1.014.022	1.568.929
Comércio	470.190	243.140
Instituições financeiras	29.898	40.959
Pessoas físicas	5.105	63.390
Prestação de serviços	116.503	24.748
Outros serviços	444.292	454.580
Setor público:		
Governo federal	134.104	156.940
Total	2.214.114	2.552.686

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Vencimento:

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	7.662	0,35	30.117	1,18
A vencer até 3 meses	104.397	4,72	470.891	18,45
A vencer de 3 a 12 meses	252.917	11,42	1.306.196	51,17
A vencer de 1 a 3 anos	1.515.741	68,46	595.243	23,32
A vencer de 3 a 5 anos	326.238	14,73	146.160	5,73
A vencer de 5 a 15 anos	7.159	0,32	4.079	0,16
Total	2.214.114	100,00	2.552.686	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2017		2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*)	244.299	11,03	404.437	15,84
10 seguintes maiores devedores	1.322.103	59,71	1.233.359	48,32
20 seguintes maiores devedores	279.369	12,62	537.693	21,06
50 seguintes maiores devedores	149.586	6,76	215.082	8,43
100 seguintes maiores devedores	127.570	5,76	80.610	3,16
Demais devedores	91.187	4,12	81.505	3,19
Total	2.214.114	100,00	2.552.686	100,00

(*) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 404.437 em 2016, não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

e) Nível de risco:

Nível	%	2017			2016		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	1.053.945	-	1.053.945	1.427.402	-	1.427.402
A	0,50%	594.178	-	594.178	896.466	296	896.762
B	1,00%	432.200	305	432.505	119.479	1.817	121.296
C	3,00%	45.688	1.265	46.953	13.477	3.632	17.109
D	10,00%	22.079	4	22.083	1.241	325	1.566
E	30,00%	19.592	627	20.219	32.220	1.165	33.385
F	50,00%	4.483	554	5.037	1.752	587	2.339
G	70,00%	12.098	334	12.432	8.914	3.963	12.877
H	100,00%	18.416	8.346	26.762	20.252	19.698	39.950
		2.202.679	11.435	2.214.114	2.521.203	31.483	2.552.686

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2017		2016	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	1.053.945	-	1.427.402	-
A	594.178	2.970	896.762	4.483
B	432.505	4.324	121.296	1.212
C	46.953	1.409	17.109	513
D	22.083	2.208	1.566	157
E	20.219	6.066	33.385	10.015
F	5.037	2.518	2.339	1.171
G	12.432	8.705	12.877	9.014
H	26.762	26.762	39.950	39.950
Provisão mínima	2.214.114	54.961	2.552.686	66.515
Provisão adicional (*)		-		-
Total		54.961		66.515

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento financeiro são contratadas, principalmente, de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro:

	2017	2016
Arrendamentos a receber - setor privado.....	806.911	860.877
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor privado.....	(804.257)	(857.997)
Arrendamentos a receber - setor público.....	130.086	160.062
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - setor público.....	(130.086)	(160.062)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação.....	675.806	850.649
Superveniência de depreciação.....	158.882	110.933
Perdas de arrendamento a amortizar líquidas.....	59.615	29.937
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 13 c).....	(49.982)	(72.868)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil.....	846.975	921.531

Arrendamento operacional:

	2017	2016
Arrendamentos a receber - setor privado.....	6.365	9.810
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(6.365)	(9.810)
Total.....	-	-

a) Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de depreciação (%)	2017	2016
Máquinas e equipamentos.....	14%	597.970	715.309
Móveis e utensílios.....	14%	-	55
Equipamentos de Informática.....	29%	566.616	543.466
Veículos e afins.....	26%	32.718	68.911
Aeronaves.....	29%	84.097	87.365
Superveniência de depreciação.....		158.882	110.933
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas.....		59.615	29.936
Depreciação acumulada.....		(605.595)	(564.457)
Total.....		894.303	991.518

b) Bens Arrendados - Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de depreciação (%)	2017	2016
Equipamentos de Informática.....	29%	17.512	20.098
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*).....		-	94
Depreciação acumulada.....		(8.222)	(9.081)
Total.....		9.290	11.111

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2017	2016
Saldo inicial.....	66.515	97.817
Constituição.....	11.441	12.961
Baixas.....	(22.995)	(44.263)
Saldo final.....	54.961	66.515
Curto prazo.....	54.961	62.567
Longo prazo.....	-	3.948

No consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, houve recuperação de créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 23.077 (R\$ 11.504 em 2016). No consolidado o valor das operações de créditos e outros créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi R\$ 0 (R\$ 2 em 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2017	2016
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	5.119.667	10.086.087
Direitos sobre venda de câmbio	5.357.096	10.360.729
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a).....	6.505	10.656
Total	10.483.268	20.457.472
Curto prazo	8.579.015	18.879.678
Longo prazo	1.904.253	1.577.794
Total	10.483.268	20.457.472
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	5.581.647	10.030.586
Obrigações por compra de câmbio	4.854.121	10.668.769
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a).....	(961.764)	(1.084.863)
Total	9.474.004	19.614.492
Curto prazo	7.562.409	17.999.924
Longo prazo	1.911.595	1.614.568
Total	9.474.004	19.614.492

■ 13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais.....	1.730	1.743
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	762	23
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 22 b).....	3.895	4.807
Devedores por depósitos em garantia (*)	388.233	319.087
Devedores por compra de valores e bens a prazo	-	4.250
Impostos e contribuições a compensar	34.504	67.033
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 9) (***).....	42.302	4.761
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	2
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**).	8.244	13.245
Devedores diversos no exterior.....	-	794
Devedores diversos no País.....	731	-
Outros	1.124	1.007
Total	481.527	416.752
Curto prazo	69.184	83.212
Longo prazo	412.343	333.540
Total	481.527	416.752

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 55.303 em junho de 2017 (R\$ 51.356 em 2016), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 34.055, a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 126.736 (R\$ 116.546 em 2016), processos trabalhistas, no montante de R\$ 40.557 (R\$ 32.731 em 2016), processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 91.481 (R\$ 9.815 em 2016). (**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23 a). (***) Refere-se a cessão de créditos sem coobrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	58.091	61.567
Impostos e contribuições a recolher	4.526	5.028
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 d)	115.652	119.508
Provisão para imposto diferido s/ajuste MTM (nota explicativa nº 22 d)	-	443
Outros	7	15
Total	178.276	186.561
Curto prazo	109.911	126.211
Longo prazo	68.365	60.350
Total	178.276	186.561

c) Outras obrigações - diversas:

	2017	2016
Cheques administrativos	40	39
Obrigações com cessionários	-	15
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	173.272	114.700
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	12.240	15.822
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	167.628	211.754
Provisão com despesas de pessoal	17.259	15.058
Provisão para despesas de publicação	90	105
Provisão para pagamentos a fornecedores	4.334	3.814
Provisão para despesas de advogados	33	107
Recebimentos a processar	333	2.451
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10)	49.982	72.868
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	36	143
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 23 a)	103	126
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	8.891	43.619
Provisão para despesas de auditoria	285	620
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	349	271
Provisão para garantias prestadas (*)	5.865	1.734
Taxa de administração de fundo	-	15
Fundo de reserva de financiamento	20.723	9.882
Fundo garantidor de crédito	54	4
Credores diversos no País - fianças	498	-
Provisão para perdas (b)	678	-
Outras	2.126	3.117
Total	464.819	496.264
Curto prazo	94.738	79.427
Longo prazo	370.081	416.837
Total	464.819	496.264

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2017 R\$ 500.226 (R\$ 735.082 em 2016).

(**) Reclassificação para nota de outras obrigações - diversas, devido alteração de cosif conforme carta circular 3.782 do BACEN.

■ 14. DESPESAS ANTECIPADAS:

	2017	2016
Fianças	46	46
Vale transporte	10	14
Assistência médica e odontológica	-	107
Despesas com encargos contratuais	1	1
Comissões (*)	-	412
Empréstimos no País	53	47
Empréstimos no exterior	-	179
Arrendamento mercantil	1.265	1.478
Total	1.375	2.284
Curto prazo	701	1.180
Longo prazo	674	1.104
Total	1.375	2.284

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2017	2016
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 b)	167.628	211.754
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	173.272	114.700
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	12.240	15.822
Total	353.140	342.276

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	159.031	105.665	13.077	277.773
Constituição (*)	44	84.406	539	84.989
Baixas	(1)	-	-	(1)
Reversão (**)	-	(16.799)	(1.376)	(18.175)
Atualização	8.554	-	-	8.554
Saldo final.....	167.628	173.272	12.240	353.140
Devedores por depósitos em garantia (***)	339.805	40.557	7.871	388.233

Em 30 de junho de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial.....	202.621	101.882	19.301	323.804
Constituição (*)	10.566	10.446	274	21.286
Baixas	1	-	-	1
Reversão	(5.899)	(1.494)	(3.753)	(11.146)
Atualização	4.465	3.866	-	8.331
Saldo final.....	211.754	114.700	15.822	342.276
Devedores por depósitos em garantia (***)	276.838	32.731	9.518	319.087

(*) Nota explicativa nº 26. Para riscos trabalhistas, houve constituição de provisão de R\$ 84.098 (5.559 em 2016) no Banco Cacique S.A. (**) Nota explicativa nº 25. Em riscos trabalhistas, houve reversão de R\$ 14.591 de valores provisionados referentes no Banco Société Générale Brasil S.A., em virtude a decisão favorável. (***) Nota explicativa nº 13. Em riscos fiscais, foi efetuado depósito judicial de R\$ 74.343, em setembro de 2016, na Societe Generale CCTVM para o processo que discute a desmutualização da Bovespa.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de Junho de 2017

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	166.463	166.463	172.964	173.272	12.240	12.240
Perdas possíveis (b)	324.338	1.165	439.280	-	22.460	-
Perdas remotas	43.193	-	2.445	-	15.707	-
Total	533.994	167.628	614.689	173.272	50.407	12.240

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 30 de Junho de 2016

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
			Reapresentado			
Perdas prováveis e obrigações legais (a).....	210.656	210.656	114.700	114.700	14.331	14.331
Perdas possíveis (b)	160.294	1.098	573.400	-	63.554	1.491
Perdas remotas	128.260	-	-	-	17.276	-
Total	499.210	211.754	688.100	114.700	95.161	15.822

Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos: **(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais** • Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente ao período de abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 4.038 (R\$ 3.915 em 2016) no Banco e Consolidado; • Alargamento da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS pela Lei 9.718/98 – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 106.850 (R\$ 95.749 em 2016) no Consolidado; • Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 –totalizou R\$ 9.315 em 2016 em junho no Consolidado. O Valor provisionado para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral; • Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2017, totalizou R\$ 42.012 (R\$ 40.703 em 2016) no Banco. • Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2017, totalizou R\$ 8.331 no Consolidado **(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível** - • Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 25.217 (R\$ 31.025 em 2016) no Banco e Consolidado; • Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2017 totalizou R\$ 48.484 (R\$ 44.624 em 2016) no Consolidado; • Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2017 totalizou no Consolidado R\$ 117.319 (R\$ 34.364 em 2016); **Trabalhistas:** Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. **Cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para a instituição Banco Société Générale Brasil S/A as ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Já para as instituições Banco Cacique S/A e Banco Pecúnia S/A., essas ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Cacique Promotora de Vendas Ltda.		Cobracred Cobrança Especializada Ltda.		Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Informações das controladas:								
Capital social	102.397	96.046	12.100	12.100	-	34.133		
Quantidade de cotas.....	129.464	22.815	121.000	1.000	-	9.752.286		
Participações - %	99,9992%	99,9992%	99,9992%	0,1000%	-	100%		
Patrimônio líquido.....	42.372	44.792	6.570	9.693	-	7.937		
Prejuízo líquido do semestre.....	(2.693)	(5.276)	(1.297)	(749)	-	(5.129)		
Movimentação dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro.....	45.065	50.068	8	10	-	6.146	45.073	56.224
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	-	(80)	-	(80)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.693)	(5.276)	(1)	-	-	(5.129)	(2.694)	(10.405)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	7.000	-	7.000
Saldo em 30 de junho	42.372	44.792	7	10	-	7.937	42.379	52.739

O Banco Pecúnia S.A. foi adquirido pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Serviços Ltda., empresa cindida do Banco Pecúnia, na mesma data. A incorporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 18 de outubro de 2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas Ltda.

17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Sem vencimento	6.584	2.159	-	-	-	-	6.584	2.159
Até 3 meses	-	-	110.565	681	254.177	-	364.742	681
De 3 meses a 1 ano	-	-	127.795	42.099	-	-	127.795	42.099
De 1 a 3 anos	-	-	226.034	170.309	1.009	-	227.043	170.309
De 3 a 5 anos	-	-	671	32	-	-	671	32
Total	6.584	2.159	465.065	213.121	255.186	-	726.835	215.280

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2017

	A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros	1.033.998	1.033.998
Carteira de livre movimentação	255.248	255.248
Total	1.289.246	1.289.246

Em 30 de junho de 2016

	A vencer até 3 meses	Total
Carteira de terceiros	600.055	600.055
Total	600.055	600.055

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2017		2016	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	30.827	(366)	3.304	(1.908)
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	939.018	(22.257)	922.854	309.848
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.242.264	(101.567)	5.556.050	1.264.046
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	875.971	(48.760)	921.669	219.377
Subtotal	4.088.080	(172.950)	7.403.877	1.791.363
Repasse do País				
Finame	9.381	(124)	14.478	(175)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	1.573	(158)	4.331	777
Total	4.099.034	(173.232)	7.422.686	1.791.965
Curto prazo	3.557.724		6.955.100	
Longo prazo	541.310		467.586	
Total	4.099.034		7.422.686	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Paris, Société Générale-Cayman e Société Générale-NY com vencimentos até 2018 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,9% ao ano em 2017 (2,52% ao ano em 2016). (b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com Générale-Paris e Société Générale-NY, vencíveis em 2017, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,25% ao ano. (c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2017 (3,93% ao ano em 2016). (d) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano. Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 1.911 (em 2016 favorável em R\$ 3.379).

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2017	2016
Comissão de empréstimos (*)	-	553
Descontos obtidos a diferir (**)	19.713	20.917
Comissão de operação em moeda estrangeira	1.866	61
Total	21.579	21.531

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(*) Refere-se a rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação. (**) Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 30 de junho de 2017 e de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2017	2016
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto das instituições, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. c) **Aumento de capital** - Em 13 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$ 10.000, mediante emissão de 49.053 novas ações ordinárias nominativas, na controlada BANCO CACIQUE S.A., passando o capital a ser de R\$ 809.579 e o total de 1.240.445 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., que teve o capital social aumentado em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com emissão de 27.248 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 799.579 e o total de 1.191.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 02 de fevereiro de 2016, houve aumento de capital de R\$ 60.000, mediante emissão de 269.760 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 793.518 e o total de 1.164.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016. d) **Reserva legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias.....	(37.969)	7.124	(37.969)	7.124
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente ..	9.962	(1.781)	7.594	(1.425)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
- Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.697)	(2.601)	(1.357)	(2.081)
- Ajustes de preços de transferência para exterior	(2)	-	(1)	-
- Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(1.400)	(2.912)	(1.120)	(2.329)
- Incentivo fiscal	(94)	-	(75)	-
- Descontos concedidos	(3.242)	(280)	(2.594)	(224)
- Outras despesas não dedutíveis	(73)	(529)	(189)	(533)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
- Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(18.815)	(4.619)	(15.074)	(3.695)
- Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	3.593	(1.688)	2.875	(1.351)
- (Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(27)	70	(21)	56
- Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(2.791)	10.438	(2.233)	8.351
- Provisão para publicação de balanço	15	24	13	20
- Amortização de ágio	7.173	7.643	5.739	6.114
- Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	3.088	2.828	2.865	2.262
- (Provisão)/Reversão de bônus e PLR	1.291	1.681	1.032	1.345
- Honorários advocatícios	92	43	73	34
- Provisão Garantias	3.082	-	2.465	-
- Outras diferenças temporárias	4.550	29	(507)	6
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	-	2.028	-	-
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(15.188)	(24.154)	(8.003)	(19.325)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(10.483)	(13.780)	(8.518)	(12.775)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(9.975)	(3.828)	(3.834)	(2.457)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(1.469)	(7.661)	(923)	(4.402)
Total de imposto de renda e contribuição social	(21.927)	(25.269)	(13.275)	(19.634)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2017 de R\$ 792.139 (R\$ 933.394 em 2016) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 614.808 (R\$ 910.317 em 2016), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 613.317 (R\$ 815.104 em 2016) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo - Imposto de renda

	2.017	2.016
Prejuízo fiscal e base negativa	-	46
Diferenças temporárias:	8.657	10.635
Provisão para riscos	-	9.437
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos.....	-	760
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	8.657	377
Outras.....	-	61
Total	8.657	10.681
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	2.164	2.670

Ativo - Contribuição social

Prejuízo fiscal e base negativa	-	46
Diferenças temporárias:	8.657	10.635
Provisão para riscos	-	9.437
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos.....	-	760
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	8.657	377
Outras.....	-	61
Total	8.657	10.681
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Crédito tributário constituído	1.731	2.137
Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a).....	3.895	4.807

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	2017	2016
Saldo inicial.....	5.298	6.094
Adições.....	3.197	3.662
Baixas	(4.600)	(4.973)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda.....	-	24
Saldo final.....	3.895	4.807

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2017	2016
Saldo inicial.....	101.934	110.942
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	9	4.101
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	-	(832)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponíveis para venda.....	2.076	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais	6.449	5.090
Reserva de reavaliação	-	(107)
Realização de superveniência de depreciação	5.184	757
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	115.652	119.951

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	2017	2016
2016.....	-	24
2017.....	-	536
2018.....	3.895	4.247
Total	3.895	4.807

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 3.430 em 30 de junho de 2017 (R\$ 3.623 em 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2017	2016	2017	2016
Banco Pecúnia S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	4
Depósitos interfinanceiros	-	(62.100)	-	(5.137)
Valores a receber de sociedades ligadas.....	-	-	-	10.626
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista	(450)	(884)	-	-
Depósitos a prazo	(41.707)	(39.726)	(2.572)	(3.180)
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista	(126)	(171)	-	-
Depósitos a prazo	(9.223)	(10.006)	(548)	(723)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(103)	(126)	(578)	(1.387)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos à vista	-	(31)	-	-
Depósitos a prazo	-	(17.362)	-	(951)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	72	-
Obrigações em moeda estrangeira	(82.818)	(922.854)	-	(309.848)
Obrigações por empréstimos do exterior	(118.910)	(114.404)	(5.620)	2.810
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	1.017	-
Devedores diversos no exterior (*).....	8.244	13.245	-	(4.885)
Credores diversos no exterior (**).....	(36)	(143)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.239.522)	(5.556.050)	(13.864)	(1.264.026)
Obrigações por empréstimos do exterior	(659.023)	(757.778)	(12.718)	(67.564)
Obrigações por repasses do exterior	(1.573)	(4.331)	-	(777)
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior	(25.472)	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(856.201)	-	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	2	21	10
Depósitos à vista	(31)	(10)	-	-
Depósitos a prazo	(2.345)	(2.345)	(307)	(150)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(8)	(27)	-	-
Depósitos a prazo	-	(11.214)	(996)	(996)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	19.946	270.631	210.956
Resumo por conta:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	4
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	1.089	-
Depósitos à vista	(615)	(1.123)	-	-
Depósitos a prazo	(53.275)	(80.653)	(4.423)	(6.000)
Depósitos interfinanceiros	-	(62.100)	-	(5.137)
Devedores diversos no exterior (*).....	8.244	13.245	-	(4.885)
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	2	21	10.636
Obrigações em moeda estrangeira	(3.178.541)	(6.478.904)	(13.864)	(1.573.874)
Credores diversos no exterior (**).....	(36)	(143)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(803.405)	(872.182)	(18.338)	(64.754)
Obrigações por repasses do exterior	(1.573)	(4.331)	-	(777)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	19.946	270.631	210.956
Valores a pagar a sociedades ligadas	(103)	(126)	(578)	(1.387)
	(3.974.497)	(7.466.369)	234.538	(1.435.218)

(*) Nota explicativa nº 13 a. (**)Nota explicativa nº 13 c

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2017	2016
Proventos.....	5.671	5.097
Contribuição ao INSS	1.212	1.360
Total	6.883	6.457

Outras informações - I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária - A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2017			2016		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris.....	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

■ 24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas de água, energia e gás.....	157	261
Despesas de material	93	125
Despesas de serviços técnicos especializados.....	5.789	5.991
Despesas de processamento de dados.....	9.145	10.525
Despesas de serviços do sistema financeiro	13.129	7.618
Despesas de aluguéis	2.618	2.664
Despesas de serviços de terceiros	1.218	6.504
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	644	1.197
Despesas de comunicações	1.077	1.254
Despesas de contribuições filantrópicas.....	400	358
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	63	62
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ.....	215	161
Despesas de arrendamento	16	76
Despesas de seguros	100	368
Despesas com entidades de classe.....	28	25
Despesas de propaganda e publicidade.....	150	136
Despesas de publicações	41	121
Despesas de transportes.....	350	371
Despesas de promoções e relações públicas	556	204
Despesas de viagem.....	695	959
Despesas de depreciação e amortização.....	1.427	2.713
Despesas com serviços de consultoria e assessoria.....	403	1.664
Despesas com auditoria	436	655
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	6	750
Despesas de serviços de promoção de vendas	150	310
Despesas de serviços de cobrança	3.593	5.825
Despesas de serviços administrativos prestados	389	213
Despesas de serviços de assessoria jurídica	1.766	3.032
Despesas com indenizações cíveis	2.560	1.880
Outras	842	1.398
Total	48.056	57.420

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 25. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	939	579
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	-	5.899
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	16.799	1.494
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	1.376	3.753
Atualização de créditos tributários	330	170
Atualização de depósitos judiciais	15.300	11.138
Atualização de depósitos trabalhistas	97	174
Juros e multas	996	172
Reversão de provisão para despesa com pessoal	-	505
Reversão de provisão de auditoria externa	142	-
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	-	250
Receita com variação cambial valor residual antecipado	-	3.993
Descontos obtidos	1	5
Levantamento depósitos judiciais	3	-
Variação cambial	187	78.621
Reversão de provisão de despesas de advogados	-	89
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	2	259
Reembolso de taxa CVM	126	-
Receita de estrutura compartilhada	3.941	-
Reversão de provisão de garantias recebidas	13.052	-
Outras rec operacionais	2.742	4.210
Total	56.033	111.311

■ 26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Prestação de serviços no exterior	6	-
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	44	10.566
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	8.554	4.465
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	84.406	10.446
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	-	3.866
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	539	274
Provisão para pagamento de gratificação	230	-
Provisão para despesas com publicação	36	-
Provisão de garantias recebidas	23	-
Despesas com fraudes	50	71
Despesas com indenizações cíveis	-	1.503
Descontos concedidos	12.969	1.119
CPMF e IOC bancado sobre operações	-	1
Variação cambial	4.607	177
Provisão para despesas com auditoria	-	24
Despesas com depósitos judiciais	-	1.526
Provisão para Garantias prestadas (*)	699	-
Provisão de execução de sucumbência	671	-
Atualização de provisão de execução de sucumbência	7	-
Outras	3.741	2.133
Total	116.582	36.171

(*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução Banco Central 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

■ 27. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia - O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam: • Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.192/13 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

de RWA; • Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), "Commodities" (RWAcom) e Câmbio (RWAcam); • Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Apuração dos limites de Basileia – Consolidado

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2017	2016
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.280.670	1.333.573
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	433.364	551.653
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	5.275	17.676
Valor da margem		842.031	764.244

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2017		2016	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	301.094	24%	390.361	29%
RWACAM	9.267	1%	3.568	0%
RWAJUR1	10.175	1%	9.221	1%
RWAJUR2	82.526	6%	125.586	9%
RWAJUR3	880	0%	1	0%
PACS	26	0%	3.804	0%
RWAOPAD	29.396	2%	19.112	1%

• Extrapolação

	2017	2016
Índice alcançado	27,34%	23,87%

■ 28. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir.

Processo	Valor contábil da provisão	
	2017	2016
IRRF sobre cota de fundo ao portador (*)	-	499
Total	-	499

(*) Em dezembro de 2016, o processo que discutia a retenção de IR sobre cota de fundo ao portador foi homologado e consolidado pela Receita Federal, resultado no encerramento definitivo do litígio

■ 29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França). A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2017	2016
Plano de ações livres (*)	1.171	1.235
Plano de ações diferidas (**)	955	714
Total	2.126	1.949
Saldo no início do semestre	2.019	2.286
Constituição	107	102
Canceladas	-	(158)
Reversão	-	(150)
Exercidas	-	(131)
Saldo no fim do semestre	2.126	1.949

(*) Reservas de capital. (**) Outras Obrigações Diversas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

■ 30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Plano de pensão** - A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 423 (R\$ 385 em 2016) e pelos funcionários R\$ 493 (R\$ 429 em 2016).

■ 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração do Banco em conjunto com a administração do Banco Cacique S.A, após a conclusão de estudos e debates, entendem que a implementação de uma reorganização societária do grupo econômico ao qual pertencem permitirá a redução de custos administrativos e financeiros, resultando em melhoria da composição de sua estrutura patrimonial, bem como a racionalização de operações e metas organizacionais do conglomerado, para isso as seguintes providências foi tomada: a) Em 14 de julho de 2017, foi aprovada a contratação do escritório Vaz, Barreto, Shingaki e Oioli Advogados, para assessoria legal nos processos de incorporações a ocorrerem no 2º. semestre de 2017 e para a elaboração dos laudos de avaliações dos patrimônios líquidos das empresas do grupo, na data de 30 de Junho de 2017; b) Em 25 de julho de 2017, o Banco Cacique vendeu 121 (cento e vinte e uma) quotas de emissão da Cobracred Cobrança Especializada Ltda., para a Cacique Promotora de Vendas Ltda., pelo valor de R\$ 6.569,80 (seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos); c) Em 1º. de agosto de 2017, a Cacique Promotora de Vendas Ltda incorporou a Cobracred Cobrança Especializada Ltda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião com ressalva - A controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Conforme mencionado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Suspensão da realização de novas operações de crédito de controladas - Conforme mencionado na nota explicativa 1, a controlada Banco Cacique S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações daquela Instituição, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras da Instituição, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos: Demonstrações Financeiras individuais do Banco Société Générale Brasil S.A. O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 17 de agosto de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a

funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2017.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-15P172167/O-6